

VAMOS CONSTRUIR UM SENTIDO? DISCUTINDO COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS 'SEM CONTEXTO' EM ACERVOS MUSEOLÓGICOS.

MATHEUS PEREIRA DA COSTA¹; Autor
Profº Drº DIEGO LEMOS RIBEIRO²; Orientador
Profª Drª RITA JULIANA POLONI³; Coorientadora

¹ *Universidade Federal de Pelotas – UFPEL – Bolsista DS CAPES –
mattheuspdacosta@gmail.com*

² *Universidade Federal de Pelotas – UFPEL – dlrmuseologo@yahoo.com.br*

³ *Universidade Federal de Pelotas – UFPEL – julianapoloni@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A proponente pesquisa tem como eixo estruturante a temática da musealização da arqueologia e a sua inserção nos debates museológicos e patrimoniais. Trata-se de um recorte da pesquisa de dissertação de mestrado do autor, que está em andamento no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - PPGMP da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL.

O objetivo desta pesquisa é discutir o conceito de patrimônio, enquanto uma categoria de pensamento (GONÇALVES, 2003), a partir da problemática que circunda tanto o campo da arqueologia quanto da museologia: o que fazer com objetos arqueológicos relacionados há tempos pré-coloniais que se encontram descontextualizados, quando não existem informações do seu contexto de origem?

Nos termos da Lei do Patrimônio Cultural Brasileiro, todo material proveniente de trabalhos arqueológicos é considerado como patrimônio nacional. No caso dos objetos arqueológicos descontextualizados, estes quando desvelados sem a 'criticidade' do método arqueológico, são considerados de baixo valor documental devido às singularidades pelas quais estão sujeitos (contaminações, alterações morfológicas, e funcionais). Esta realidade arqueológica também se expressa em uma realidade museológica, uma vez que a grande quantidade de objetos arqueológicos sem informações são inseridos em discursos e representações museológicas.

Tal como nos afirma a arqueóloga Tânia Andrade Lima (2007, p.10) “peças arqueológicas, uma vez perdidas as informações sobre a sua origem – ou seja, as referências estratigráficas, espaciais e cronológicas, bem como as associações com outros objetos e estruturas no solo escavado – deixam de ter qualquer valor para a arqueologia. Torna-se impossível recuperar o contexto da sua produção, utilização e deposição, justo o que permite entender o funcionamento de sistemas socioculturais extintos”. Embora essa seja a realidade de parte considerável dos museus, e a assertiva tenha alguma validade do ponto de vista científico, esta pesquisa se propõe a construir uma rota que ofereça uma segunda chance de vida a esses artefatos, apesar da morte semântica duramente preconizada pela ciência arqueológica.

Na tentativa de responder o questionamento levantado inicialmente, definimos como locus de pesquisa o Museu da Cidade do Rio Grande – MCRG, localizado no extremo sul do Rio Grande do Sul, Brasil. Trata-se de um museu histórico que tem por missão preservar a memória e a história da sociedade Rio-Grandina, com isso conta com os acervos e coleções relacionados à formação da cidade. Por se tratar de um museu histórico, grande parte de seus acervos e

coleções são relacionadas ao período de colonização da cidade e da constituição de uma sociedade burguesa que predomina durante o século XIX e XX (FERREIRA e GONÇALVES, 2014). Em meio a estes acervos também constam aqueles que são relacionados aos períodos anteriores ao processo de colonização portuguesa: os acervos relacionados ao período pré-colonial ou de contato. Tais vestígios, enquanto indicadores culturais demonstram como o território sul-brasileiro foi ocupado por diferentes grupos humanos de caçadores-coletores-pescadores há pelo menos 8.000 AP (RIBEIRO et al 2004).

O volume de materiais arqueológicos nas reservas técnicas dos museus e nos laboratórios de ensino e pesquisa das Universidades demonstra o quanto essas instituições carecem de processos museológicos adequados para a gestão desses espólios (considerando o potencial fragmentado desses objetos). Pensar os processos de musealização da arqueologia é pensar a arqueologia a partir dessas instituições, pois, os acervos relacionados a grupos pré-coloniais, conforme afirma Saladino (2017, p.61) “continuam inacessíveis para boa parte do público que não detém os códigos necessários para compreendê-los”.

No entanto, observando de modo análogo o objetivo desta pesquisa, verificamos que os acervos pré-coloniais que estão no Museu da Cidade do Rio Grande se encontram desarticulados de outros conjuntos patrimoniais, o que revela camadas que evidenciam um passado esquecido e negligenciado (WICHES, 2011). Esse processo de abandono é conceituado por Bruno (1995) como sendo uma estratigrafia do abandono que “sufocou e fossilizou os vestígios pré-coloniais, enquanto indicadores da nossa memória cultural. Esta estratigrafia do abandono é responsável pelo esquecimento das fontes arqueológicas e pela sua circunscrição no terreno das memórias exiladas” (BRUNO, 1995.p.8).

Dessa maneira compreendendo as singularidades pelas quais essas tipologias de acervos estão sujeitas, consideramos pertinente os seguintes questionamentos: O acúmulo de objetos, sem contexto, garante a sua preservação? Os processos de musealização de acervos e coleções arqueológicas se limitam aos aspectos formais e normativos para alçar a categoria patrimônio? É possível construir um sentido patrimonial para coleções arqueológicas assistemáticas mesmo que desprovidas de informações do contexto arqueológico?

Assim, para responder as questões aqui levantadas, compreendemos a importância da relação entre arqueologia, coleções e os museus, especialmente no que tange aos discursos patrimoniais. A musealização da arqueologia fundamenta-se nessa perspectiva enquanto corpus teórico-metodológico, a qual se insere na arena de negociação do valor científico e social dos vestígios arqueológicos, potencializando-os como indicadores de uma memória cultural (BRUNO, 1995).

2. METODOLOGIA

Para que se atinjam os objetivos desta pesquisa, e na condição de esclarecê-los, delinearemos doravante as técnicas e procedimentos metodológicos que integram a investigação. Esta pesquisa possui um caráter qualitativo e se enquadra numa perspectiva da pesquisa social e humana. A partir do levantamento de dados primários e secundários, a pesquisa se desenvolve em dois momentos: a) pesquisa de gabinete e b) pesquisa empírica. A primeira refere-se à revisão bibliográfica destacando a discussão das principais fontes teóricas sobre o tema; a segunda trata-se de análise documental relativo ao I) Plano de Gestão do Museu; II) Processo de aquisição; III) Métodos de coleta ou doação dos objetos; IV) Profissionais envolvidos; V) Estrutura física e funcional do

museu; VI) Salvaguarda; Exposições; Ações educativas), e também se dá através da realização de entrevistas semiestruturadas com a equipe técnica do museu, colaboradores, e demais gestores, a fim de compreender como o museu desenvolve o seu planejamento institucional (RIBEIRO, 2012). A partir da contextualização dos dados, pretendemos criar um documento de 'boas práticas' para a gestão de espólios arqueológicos. Esse documento servirá como uma ferramenta de auxílio para os demais profissionais ligados a instituições de memória e gestão de acervos, possam aplicar na organização, sistematização e contextualização de objetos que são considerados de baixo conteúdo informativo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o presente momento, a pesquisa atingiu metas e resultados ainda parciais. Assim, realizou-se um arrolamento das fontes bibliográficas relacionadas à temática da pesquisa, buscando a transposição entre conceitos e teorias, dando especial atenção à discussão sobre o patrimônio enquanto uma categoria de pensamento (GONÇALVES, 2003).

Os dados primários obtidos na análise exploratória reafirmam um cenário já imaginável. Tais acervos são encontrados em menor parte no Museu da Cidade do Rio Grande – MCRG e sua grande maioria na reserva técnica da Universidade Federal de Rio Grande – FURG. As demais instituições, não possuem acervos arqueológicos pré-coloniais, e tampouco se relacionam com esses acervos fora do espaço institucional. O exame embrionário realizado sobre essas coleções e acervos no Museu da cidade do Rio Grande - MCRG, à primeira vista, demonstra que são peças de materiais líticos polidos como: bolas de boleadeiras; peças com depressão semiesférica polida, conhecidas pelo termo de “quebra-coco”; materiais zooarqueológicos; e ferramentas ósseas (restos de peixe). Também são expostas cerâmicas, com características heterogêneas, demonstrando ampla variabilidade de formas, e matérias-primas disponíveis na região sul do Brasil (RIBEIRO et al 2004). Diante da variabilidade de materiais arqueológicos, sem contexto, inseridos em discursos e representações museológicas, nos leva a problematizar: As coleções arqueológicas inseridas em reservas técnicas, sem nunca terem sido alvo de processos de extroversão do conhecimento, podem ser consideradas patrimônios musealizados?

Assim, questiona-se a inconsistência aplicada ao conceito de patrimônio enquanto uma categoria estática, prescritiva, sob o ponto de vista jurídico, que impõem uma normatização sobre o que é, e como deve ser tratado o patrimônio. Por outro lado, adverte-se o potencial semântico do patrimônio, que se constrói a partir da apropriação social e ressignificação dos sentidos sobre as coisas. Pois como afirma o antropólogo Reginaldo Gonçalves que o “patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público” (2005.p.19). Neste sentido partimos da premissa de que o patrimônio arqueológico só pode se tornar patrimônio, à medida que a sociedade o reconheça, e o aceite como patrimônio. No caso dos museus, é necessário compreender o lado de fora do espaço institucional, nas comunidades, moradores locais e demais agentes que constroem versões e narrativas sobre o passado, através de suas percepções, sentidos, emoções, com relação a esses objetos.

4. CONCLUSÕES

Esta pesquisa trata-se de um estudo teórico que ainda consta em andamento. Como visto, busca debater essencialmente aspectos inerentes ao

processo de musealização da arqueologia, onde se insere as discussões patrimoniais em torno de acervos e coleções arqueológicas. Embora tragamos como locus de pesquisa o Museu da Cidade do Rio Grande – MCRG, esta pesquisa não se configura como estudo de caso. Entendemos que a problemática apresentada impera na realidade da grande maioria dos museus brasileiros, que possuem acervos e coleções arqueológicas assistemáticas (sem contexto). O que demonstra a fragilidade na construção dos discursos sobre essas referências culturais, e a dificuldade que os profissionais ligados a faina patrimonial encontram ao inferir sobre essas tipologias de acervos.

Deste ponto de vista não basta apenas ‘musealizar’ os objetos, dentro de uma determinada narrativa museológica e patrimonial, orientada por determinados discursos técnicos e normativos. É preciso construir caminhos metodológicos, que orientam a prática de organização, sistematização de informações que podem ser extraídas dessas referências culturais, mesmo que estas sejam negligenciadas como de baixo valor documental. Assim, defende-se que o patrimônio é uma categoria que se ‘alimenta’ não apenas nas resoluções, mas sim nas mediações. Portanto, esta pesquisa sustenta que ao construir um sentido patrimonial a estes acervos e objetos, a partir de uma narrativa museológica, é possível assim evitar condená-los a morte patrimonial que antes de se tornar ‘física’ certamente é ‘simbólica’.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos**. Revista de Arqueologia, v. 26, n. 2, 2015.
- BRUNO, oliveira Maria Cristina. **Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema**. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação interdepartamental em Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas - Universidade de São Paulo/USP, 1995.
- FERREIRA, b. Tales. GONÇALVES, B. Marisa. **Coleção histórica do Museu da Cidade do Rio Grande/RS: Arquitetura, patrimônio e museografia**. p.2014.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 21-29, 2003.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios**. Horizontes antropológicos, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005.
- LIMA, Tania Andrade; RABELLO, Angela M.C **Coleções arqueológicas em perigo: o caso do museu nacional da quinta da boa vista**. Revista Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro. IPHAN, n. 33, 2007, p. 245-274
- RIBEIRO, Diego Lemos. **A Musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville**. 2013. 376f. 2013. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Arqueologia)–Curso de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz et al. **Levantamentos arqueológicos na porção central da planície costeira do Rio Grande do Sul, Brasil**. Revista de Arqueologia, v. 17, n. 1, p. 85-99, 2004.
- SALADINO, Alejandra. **Museus e Arqueologia: algumas reflexões**. 2017
- WICHES, Camila Azevedo de Moraes. **Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.